

Resumo da legislação e outras matérias de interesse

1ª Quinzena de outubro de 2018

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Acórdão (extrato) n.º 378/2018, de 02 de outubro - Tribunal Constitucional - Não julga inconstitucional a norma constante Verba 28.1 da Tabela Geral do Imposto do Selo, aprovada pela Lei n.º 55-A/2012, de 29 de outubro, e alterada pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, na parte em que impõe a tributação anual sobre a propriedade de terreno para construção cuja edificação, autorizada ou prevista, seja para habitação, cujo valor patrimonial tributário seja igual ou superior a EUR 1 000 000; revoga o Acórdão n.º 250/17.

<https://dre.pt/application/file/a/116552870>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 128/2018, de 04 de outubro - Presidência do Conselho de Ministros - Autoriza a Autoridade Tributária e Aduaneira a realizar despesa relativa à aquisição de licenciamento e manutenção de software.

<https://dre.pt/application/file/a/116588730>

Portaria n.º 275/2018, de 04 de outubro - Administração Interna e Economia - Procede à primeira alteração à Portaria n.º 344/2017, de 13 de novembro.

<https://dre.pt/application/file/a/116588734>

Declaração de Retificação n.º 33/2018, de 09 de outubro - Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral - Retifica a Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto, das Finanças e Justiça, que regulamenta o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (Regime Jurídico do RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 160, de 21 de agosto de 2018.

<https://dre.pt/application/file/a/116608027>

Decreto-Lei n.º 77/2018, de 12 de outubro - Altera o Estatuto da Aposentação, permitindo o acesso à aposentação antecipada por ex-subscritor. Com este decreto-lei pretende-se que as pessoas que descontaram para a Caixa Geral de Aposentações e entretanto terminaram as funções que justificavam esses descontos passem a poder aposentar-se antecipadamente. O presente decreto -lei entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao da sua publicação.

<https://dre.pt/application/file/a/116653677>

Declaração de Retificação n.º 35-A/2018, de 12 de outubro - Declaração de retificação à Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, «Altera a Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro».

<https://dre.pt/application/file/a/116655686>

Decreto-Lei n.º 78/2018, de 15 de outubro - Altera o regime legal aplicável aos contratos celebrados à distância e aos contratos celebrados fora do estabelecimento comercial, completando a transposição da Diretiva (UE) 2015/2302.

Este decreto-lei altera as regras sobre contratos celebrados à distância e fora do estabelecimento comercial, para estarem de acordo com as regras que protegem os consumidores que comprem viagens organizadas, altera ainda algumas regras nacionais sobre a celebração à distância de contratos de fornecimento de água, gás ou eletricidade, para que fiquem mais de acordo com as regras da União Europeia. As/os viajantes passam também a estar abrangidos por regras que protegem o resto das/os consumidoras/es nos contratos celebrados à distância e fora do estabelecimento comercial. Para isso, este decreto-lei prevê que as agências de viagens, quando celebrarem contratos de viagens organizadas, têm de cumprir as regras relativas às informações que devem ser prestadas online e por telefone. Este decreto-lei entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2019.

<https://dre.pt/application/file/a/116676677>

Decreto-Lei n.º 81/2018, de 15 de outubro - Cria as equipas de magistrados judiciais que têm por missão proceder à recuperação de pendências na jurisdição administrativa e tributária.

<https://dre.pt/application/file/a/116676680>

PORTAL DAS FINANÇAS

Ficha doutrinária: Processo: nº 2018001242 - IVE n.º 14285, sobre Aquisição onerosa de prédio urbano com a afetação: prédio não licenciado em condições muito deficientes de habitabilidade. Disponibilizado em 9 de outubro

Diploma: CIMT; Artigo: 17.º, n.º 1, al. b)

Conclusão: No caso em apreço, o prédio não se encontra licenciado, pelo que haverá que se recorrer ao critério do destino normal do mesmo face às suas características. Na ficha de avaliação deste prédio consta como afetação: prédio não licenciado, em condições muito deficientes de habitabilidade. Ora, não obstante estas condições, não podemos ignorar que o destino normal do prédio é precisamente a habitação. Aliás, o coeficiente de afetação que foi utilizado (0.45) apenas se aplica a edificações para habitação (cfr. Manual de Avaliação de Prédios Urbanos, Direção de Serviços de Avaliações, Maio de 2018, p. 18).

Em face do exposto, é de concluir que a taxa a aplicar à aquisição do prédio em análise é a constante da al. b) do n.º 1 do art.º 17.º do CIMT, ou seja, a taxa aplicável à aquisição de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação, ainda que em condições deficientes de habitabilidade.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/patrimonio/cimt/Documents/IMT_IV%2014285.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 2018001304 - IVE nº 14337, sobre Doação de quota numa sociedade por quotas, detentora de imóveis, entre mãe e filho. Disponibilizado em 9 de outubro

Diploma: CIMT e CIS; Artigo: 2.º, n.º 2, al. d) do CIMT e art.º 6.º, al. e) do CIS

Conclusão: A doação de uma quota representativa do capital social de uma sociedade, em que o donatário ficará a dispor de, pelo menos, 75% desse capital, não está sujeita a IMT, porquanto consubstancia uma transmissão gratuita, estando, assim, sujeita a Imposto do Selo (verba 1.2), nos termos da al. c) do n.º 3 do art.º 1.º do CIS, ainda que dele isenta pelo facto de o beneficiário da doação ser descendente do doador (al. e) do art.º 6.º do CIS).

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/patrimonio/cimt/Documents/IMT_IS_IV%2014337.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 2018001119 - IVE nº 14209, sobre Taxa a aplicar na aquisição de uma cave que integre a inscrição matricial de um prédio que tenha como afetação a habitação. Disponibilizado em 9 de outubro

Diploma: CIMT; Artigo: 17.º, n.º 1, al. b)

Conclusão: Pelo exposto, considera-se que, a cave, apesar de afeta a estacionamento coberto e fechado, fica abrangida pelo regime de redução de taxas de que beneficiam os imóveis habitacionais, quando faça parte da inscrição matricial do prédio destinado a habitação, como é o caso.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/patrimonio/cimt/Documents/IMT_IVE_14209.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 2018000937 - IVE nº 14004, sobre a Reorganização de empresas em resultado de operações de reestruturação ou de acordos de cooperação; Concessão. Disponibilizado em 9 de outubro

Diploma: EBF; CIS e respetiva TGIS; Artigo: 60.º do EBF; Verba 27.2 da TGIS

Conclusão: conclui-se que:

Em relação à alínea A), confirmamos que a operação projetada integra o conceito de “operações de reestruturação” para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 60.º do EBF;

Em relação à alínea B), só as isenções previstas na alínea a) e na 1.ª parte da alínea b) do n.º 1 do artigo 60.º do CIS são aplicáveis à Requerente, conforme ponto 26 supra;

Finalmente, em relação à alínea C), não se acompanha a proposta de enquadramento jurídico-tributário apresentada pela Requerente, não se enquadrando a transmissão da Concessão, na isenção prevista na 2.ª parte da alínea b) do n.º 1 do artigo 60.º do EBF, uma vez que esta isenção não abrange os factos tributários previstos na verba 27.2 da TGIS

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/patrimonio/selo/Documents/IVE_14004.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 2018001060 - IVE n.º 14140, sobre a Verba 2 da TGIS.
Disponibilizado em 9 de outubro

Diploma: CIS e respetiva TGIS; Artigo: 1.º

Conclusão: conclui-se que o contrato de arrendamento em apreço, no âmbito do qual a locatária desenvolverá as atividades de colheita, produção e comercialização de algas e seus derivados, incluindo todas as formas de processamento de algas produzidas em aquicultura ou colhidas de populações nacionais, bem como a atividade de criação e comercialização de peixes, moluscos e crustáceos, está sujeito e não isento do pagamento de Imposto do Selo nos termos da Verba 2 da TGIS.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/patrimonio/selo/Documents/IS_IVE_14140.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 2018000936 - IVE n.º 13951, sobre Prémios concurso.
Disponibilizado em 9 de outubro

Diploma: CIS e respetiva TGIS; Artigo: 1.º; verba 11.2

Conclusão: Considerando o enquadramento efetuado, e respondendo ao solicitado, cumpre informar que:

- A afirmação feita pela consulente de que estes prémios têm um custo indeterminado ou inexistente para o promotor não releva para efeitos de tributação de imposto do selo. Como se viu supra, é o valor da vantagem/incremento patrimonial obtido que importa ao Imposto do Selo, nomeadamente na determinação do valor tributável. Ainda que houvesse a necessidade de fazer a equivalência em unidade monetária nacional dos valores em espécie, tal tarefa seria de fácil execução por todos os prémios enunciados serem caracterizados pela sua fungibilidade, recorrendo-se, então, às regras previstas no artigo 11.º do CIS, designadamente, as previstas nas alíneas d), e) e f), aplicáveis pela respetiva ordem, que acabam por se assumir como as únicas capazes de serem empregues no caso presente.

- Relativamente à questão da isenção prevista no artigo 7.º, importa recordar que, como dispõe o n.º 4, do artigo 7.º do CIS, a isenção prevista neste artigo não se aplica quando se trate de imposto devido nos termos das verbas n.ºs 11.2, 11.3 e 11.4 da Tabela Geral, ainda que os promotores sejam instituições de solidariedade social, pessoas coletivas legalmente equiparadas ou pessoas coletivas de utilidade pública que desempenhem, única e exclusiva ou predominantemente, fins de caridade, de assistência ou de beneficência, quando a receita se destine aos seus fins estatutários ou, nos termos da lei, reverta obrigatoriamente a favor de outras entidades (cfr. alínea p), n.º 1, do artigo 7.º do CIS).

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/patrimonio/selo/Documents/IS_IVE_13951.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 2018001067 - IVE nº 14190, sobre Tributação de valores distribuídos em resultado da liquidação de uma estrutura fiduciária. Disponibilizado em 9 de outubro

Diploma: CIS; Artigo: 1.º, n.º 3, al. h; 2.º, n.º 2, al. b) e 4.º, n.º 4, al. e)

Conclusão: Assim sendo, no caso em apreço, de acordo com as normas enunciadas, e partindo do pressuposto de que o Requerente se tornará residente em território português e de que a presente transmissão vai envolver a distribuição de valores monetários que serão depositados numa instituição bancária com sede em território nacional, a mesma estará sujeita a IS.

Para que haja sujeição a imposto em Portugal, é condição essencial que a situação fáctica se enquadre no CIS a nível de incidência objetiva, subjetiva e territorial. Desta forma, em face do exposto, e porque se verificam os pressupostos de incidência objetiva, subjetiva e territorial, é de concluir que a situação colocada à apreciação, está sujeita a IS, à taxa de 10% sobre o valor resultante da liquidação do trust na parte referente ao Requerente, nos termos da verba 1.2 da TGIS.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/patrimonio/selo/Documents/IS_IVE_14190.pdf

Ofício Circulado n.º 15670/2018, de 10 de outubro - Turquia - Novos certificados de origem emitidos eletronicamente.

http://info-aduaneiro.portaldasfinancas.gov.pt/pt/legislacao_aduaneira/oficios_circulados_doclib/Documents/Oficio_Circulado_15670_2018.pdf

OCC – Ordem dos Contabilistas Certificados

Artigo - Jornal de Negócios - Lavandarias self-service são obrigadas a passar fatura, em 08 de outubro

https://www.occ.pt/fotos/editor2/jnegocios_acs8outubro.pdf

Artigo - Jornal de Negócios Online - Modalidades de redução do capital e amortização de participações (I), em 15 de outubro

https://www.occ.pt/fotos/editor2/jnegocios_12outja.pdf

SEGURANÇA SOCIAL

Lista de Instituições Particulares de Solidariedade Social registadas, em 02 de outubro

http://www.seg-social.pt/documents/10152/13140219/Listagem_ipss/8371faa4-dea5-4c03-a47f-3446f1f4c6c3

Lista de Casas do Povo registadas, em 02 de outubro

http://www.seg-social.pt/documents/10152/864437/Listagem_casas_do_povo.PDF/0876eae8-4bfd-4155-9bfb-21e1c3b1e7ef

Lista de Cooperativas registadas, em 02 de outubro

http://www.seg-social.pt/documents/10152/864444/Listagem_cooperativas.PDF/f8799f1d-ba7f-4234-bcf9-7be764aaf7b7

GOVERNO DE PORTUGAL

Comunicado do Conselho de Ministros de 04 de outubro de 2018

7. Foi aprovado, em definitivo, o decreto-lei que institui um regime especial de determinação de matéria coletável com base na tonelagem dos navios e embarcações, um regime fiscal e contributivo aplicável aos tripulantes e um registo simplificado de navios e embarcações. O diploma define um novo enquadramento para a marinha mercante, instituindo um regime especial de determinação da matéria coletável com base na tonelagem de navios («tonnage tax») e um regime fiscal e contributivo específico para a atividade marítima, bem como um registo de navios e embarcações simplificado, com vista a potenciar o alargamento do mercado português de transporte marítimo.

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/comunicado-de-conselho-de-ministros?i=228>

Comunicado do Conselho de Ministros Extraordinário de 13 de outubro de 2018

O Conselho de Ministros aprovou hoje a Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2019, o Relatório que o acompanha, as Grandes Opções do Plano e o Quadro Plurianual de Programação Orçamental.

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/comunicado-de-conselho-de-ministros?i=230>

Europa.eu

Decisão de Execução (UE) 2018/1492 do Conselho, de 2 de outubro de 2018 - Autoriza a República da Letónia a aplicar uma medida especial em derrogação ao artigo 193.º da Diretiva 2006/112/CE relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado.

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018D1492&from=PT>

Decisão de Execução (UE) 2018/1493 do Conselho, de 2 de outubro de 2018 - Autoriza a Hungria a introduzir uma medida especial em derrogação do artigo 26.º, n.º 1, alínea a), e dos artigos 168.º e 168.º-A da Diretiva 2006/112/CE relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018D1493&from=PT>

Regulamento (UE) 2018/1541 do Conselho, de 2 de outubro de 2018 - Que altera os Regulamentos (UE) n.º 904/2010 e (UE) 2017/2454 no que diz respeito às medidas destinadas a reforçar a cooperação administrativa no domínio do imposto sobre o valor acrescentado.

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:L:2018:259:FULL&from=PT>

Caso seja necessário algum esclarecimento técnico adicional estamos disponíveis através do nosso Departamento de Assessoria Técnica.

Tel. 21 458 5700

Elaborado por: Manuela Reynolds de Melo